

Tributário

Desafios	Como endereçar?
Confusão entre a receita do seller e da plataforma	Clareza nos contratos e termos de uso da plataforma Registros contábeis devem refletir receitas próprias e receitas de terceiros A nota fiscal de venda deve ser emitida pelo seller
Responsabilidade solidária pelo ICMS entre o seller e plataforma (leis estaduais)	Estabelecer contratualmente direito de regresso e manter um sistema de acompanhamento de cumprimento de obrigações tributárias
Inclusão da receita de frete na base de cálculo do ICMS	Contratação pelo serviço de frete deve ser feito preferencialmente pelo seller Clareza nos contratos e termos de uso da plataforma

Meios de Pagamento

Desafios	Como endereçar?
Caracterização das plataformas como prestadoras de serviço de pagamento e sujeitas às regras aplicáveis a instituições de pagamento, em razão da intermediação dos fluxos financeiros	Plataforma poderia atuar como subcredenciadora ou estruturar um arranjo de pagamento fechado, com emissão de moeda eletrônica Na qualidade de subcredenciadora, celebrar contrato de credenciamento para recebimento de pagamentos relacionados às transações Se instituidora de arranjo de pagamento, estabelecer regras próprias do arranjo de pagamento e monitorar necessidade de apresentação de pedido de autorização ao Banco Central Na qualidade de emissora de moeda eletrônica, monitorar necessidade de apresentação de pedido de autorização ao Banco Central
Falhas nas capturas das transações, cobranças em duplicidade e demais questões de pagamento	Estabelecer contratualmente o dever de indenização por falhas decorrentes do serviço de pagamento

MATTOS FILHO >

Digitalização de Negócios

Tecnologia, proteção de dados e cyberssegurança

Desafios	Como endereçar?
Responsabilidade por falhas de segurança próprias ou do seller	Adotar protocolos de segurança robustos e informar riscos de segurança nas políticas de privacidade da plataforma Implementar um sistema de auditoria periódica nos sistemas do seller à luz da LGPD Definir contratualmente obrigações mínimas de segurança da informação e deveres de indenização em caso de responsabilidade solidária por vazamentos de dados e falhas
Responsabilidade pelo direito de acesso a dados pessoais pelos titulares	Deve-se implementar uma arquitetura de sistemas que permita rápido e eficiente cumprimento dos direitos dos titulares de dados, nos termos da LGPD
Responsabilidade pelo compartilhamento de dados	Celebrar Contratos de Transferência de Dados, de modo a definir as responsabilidades de cada empresa, seja como controlador seja como operador, nos termos da LGPD Definir base legal apropriada para justificar o compartilhamento de dados, nos termos da LGPD
Responsabilidade pelas atividades relacionadas a e-mail marketing	Informar os usuários a respeito do envio de e-mails marketing na política de privacidade da plataforma Adotar mecanismo de opt-out para cancelar o recebimento de e-mails marketing

Direito concorrencial

Desafios	Como endereçar?
Uso de informação concorrencialmente sensível pela plataforma em concorrência com os sellers, de forma a reduzir o nível de concorrência do mercado	Definir contratualmente obrigações de abstenção de uso de informações sensíveis para precificação, desenvolvimento de novos produtos ou ações mercadológicas decorrentes das informações de venda dos sellers Apenas utilizar informações concorrencialmente sensíveis para gerenciamento e acompanhamento do desempenho da plataforma de forma anonimizada e agregada
Adoção de práticas potencialmente discriminatórias	Ofertar os serviços da plataforma em condições não-discriminatórias e a preços razoáveis a todos sellers Ser transparente em relação aos critérios de pesquisa, ranking e publicidade de produtos, de forma a assegurar que nenhum seller seja injustificadamente favorecido em detrimento de outros Caso seja necessária a distinção entre sellers, estabelecer critérios razoáveis, objetivos e transparentes



Lâmina de tecnologia, inovação e negócios digitais

Responsabilidade Civil

Desafios	Como endereçar?
Alocação de responsabilidade decorrente dos seguintes aspectos:	Clareza nos termos de uso da plataforma sobre a responsabilidade (a) pelas vendas dos produtos, (b) pela entrega dos produtos, (c) pelo conteúdo gerado por terceiros (anúncios de produtos inseridos por sellers, anúncios publicitários veiculados por anunciantes ou comentários de usuários inseridos na plataforma) Definir regras contratuais entre sellers e plataforma quanto à reparação de danos ao buyer e indenizações inter-partes
(i) vícios ou defeitos do produto/serviços; (ii) falha na entrega; (iii) publicidade enganosa ou abusiva; (iv) violação a direito marcário ou propriedade intelectual de terceiros; (v) avaliações ou comentários publicados por usuários; (vi) fraude na plataforma	Desenvolver um sistema de mediação e chat eficiente, para mitigar judicialização Processo de auditoria no onboarding do sellers Exigir que o sellers forneça informações claras de identificação do respectivo fabricante, produtor ou importador No caso de produto in natura, assegurar a identificação do respectivo produtor Criar sistemas automatizados e de inteligência artificial para detectar produtos falsificados, de venda controlada, proibida ou contrária às regras da plataforma Desenvolver sistema de denúncia online por parte dos usuários
Operacionalização do exercício do direito de arrendimento	Os sellers e a plataforma devem acordar a forma do estorno das transações e os aspectos logísticos, ainda quando a transação ocorra apenas parcialmente no sistema online Clareza nos termos de uso da plataforma e/ou estabelecimento de política específica para regular direito de arrendimento e/ou troca de produtos